

REFLEXÕES PERENES EM TORNO DE EXPERIÊNCIAS AGROECOLÓGICAS DESDE FOZ DO IGUAÇU

Júlio da Silveira Moreira¹
Patrícia García Adorno²

Resumo

O presente texto levanta reflexões sobre práticas agroecológicas compartilhadas e vivenciadas no estado do Paraná e na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina, a partir de jornadas de agroecologia, feiras agroecológicas e visitas a assentamentos. Aborda entre essas reflexões a contradição entre razão instrumental e saberes tradicionais; os mitos da revolução verde, incluindo a ideia de produzir para alimentar a humanidade e a submissão da agricultura familiar à lógica do capital; a problemática dos supermercados e do consumismo como paradoxos dos próprios movimentos de agroecologia.

Palavras-chave: Revolução Verde. Agroecologia. Feira agroecológica. Consumismo.

Introdução

Todas essas cidades e aldeias estão florescendo, sob todos os aspectos, porque as ervas e cereais existem em abundância, as árvores estão cheias de frutas, os rios estão fluindo, as colinas estão repletas de minerais e os oceanos plenos de riquezas.
Srimad Bhagavatam, 1.8.40

O avanço da civilização humana não depende empreendimentos industriais, mas sim da posse de riqueza natural e alimentos naturais [...] Se temos suficientes cereais, frutas, vegetais e ervas, então qual a necessidade de manter um matadouro e matar os pobres animais? Um homem não precisa matar animal algum se ele tem suficientes cereais e vegetais para comer. O fluxo das águas de um rio fertiliza os campos, e isso é mais do que necessitamos.

A. C. Bhaktivedanta Swami Prabhupada

Os fragmentos da epígrafe remontam à filosofia védica, uma cosmovisão milenar que encontra a unidade e harmonia dos seres humanos na natureza, no cosmos. Muitos

¹ Universidade Federal da Integração Latino-Americana, julio.moreira@unila.edu.br

² Universidad Nacional del Este (Ciudad del Este, Paraguay), patriciagarado@gmail.com

pensadores, filósofos e biólogos se debruçaram em entender em quê consiste a “força vital”, a energia que move os seres vivos. A natureza cósmica foi e ainda é a única fonte de vida.

Nos dias atuais, fala-se muito em catástrofes ambientais, poluição e crises, bem longe do cenário poético da natureza viva e abundante que dá aos humanos tudo do que precisam para viver bem. As palavras de Prabhupada falam de outro tipo de “civilização”, em que os humanos encontram plenos recursos na natureza sem necessitar de superacumulação, apropriação e concentração de produção e riquezas, empreendimentos industriais que só visam a superprodução, o lucro e a exploração dos trabalhadores, e violência e depredação contra todos os seres vivos. Uma sociedade assim pode ser vivenciada hoje, quando mudamos nossas consciências, nossas ações e nossas relações. Em nosso entendimento, praticar a agroecologia é um dos caminhos para isso. Mas porquê nossa “civilização” atual está tão longe disso? E o que entendemos por praticar a agroecologia, a partir das experiências que temos vivenciado? São as reflexões que faremos neste texto.

Razão instrumental X Saberes tradicionais

Parece que enquanto o conhecimento técnico expande o horizonte da atividade e do pensamento humanos, a autonomia do homem enquanto indivíduo, a sua capacidade de opor resistência ao crescente mecanismo de manipulação de massas, o seu poder de imaginação e o seu juízo independente sofreram aparentemente uma redução
 Max Horkheimer

A sociedade que teve como inspiração o Iluminismo, a revolução burguesa, a ruptura dos saberes tradicionais, o antropocentrismo, o liberalismo e o racionalismo alcançou seu estado mais maduro, decadente e revelador nos absurdos do Holocausto (Adorno; Horkheimer, 2015). Essa Europa que testemunhou “atos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade”³ e se comprometeu, em 1945, a “preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade”⁴, havia, até então fechado os olhos para o Holocausto

³ Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948

⁴ Carta das Nações Unidas, 1945

que já acontecia há mais de 400 anos nas terras de além-mar. Testemunhando o sofrimento dos povos dos países colonizados, Aimé Césaire proclamou que

Uma civilização que se revela incapaz de resolver os problemas que o seu funcionamento suscita, é uma civilização decadente. Uma civilização que prefere fechar os olhos aos seus problemas mais cruciais, é uma civilização enferma. Uma civilização que trapaceia seus princípios, é uma civilização moribunda. (CÉSAIRE, 1978, p. 13)

Fazer essa crítica e reconhecimento é um passo importante para questionar as práticas sociais atuais em torno dos padrões de consumo e produção agroindustrial. É fundamental ampliar o alcance histórico-espacial de nosso olhar para ver que essa civilização decadente não é a única possível.

Antes da colonização, os nativos do continente americano já possuíam uma relação sustentável com a terra e retiravam dela seus alimentos, pela coleta, caça e pesca, assim como pela agricultura. Alimentos que ainda são base da alimentação humana, e que construíram historicamente a humanidade, como a batata, o milho e a quinua, eram produzidos em relação harmônica com a terra. Como diz o antropólogo mexicano Bonfil Batalla (*apud* VILLA et al, 2010, p.11): “Al cultivar el maíz los seres humanos también se cultivaron. Las grandes civilizaciones del pasado y la vida misma de millones de mexicanos de hoy, tienen como raíz y fundamento al generoso maíz”.

Para os povos *mayas*, os deuses criaram os humanos a partir do milho, depois de tentar sem êxito criar do barro e da madeira. O milho é uma metáfora da matéria orgânica que forma nossos corpos e vem da terra através da alimentação. Tanto o corpo humano quanto o planeta Terra possuem três quartos de água, e todos os elementos orgânicos que existem no corpo existem também no planeta e no universo. A alimentação é um processo de quebra e recomposição de partículas e sua distribuição para as diferentes e complexas funções do corpo. O primado filosófico e teológico de que somos feitos a partir do milho é totalmente coerente. Ao comermos o milho e inseri-lo na profundidade de nossa vida bio-sociocultural, estamos ao mesmo tempo cultivando o milho e a nossa própria vida.

Quando não está ameaçada, a natureza se relaciona com todos os seus seres em complementaridade e tendência ao equilíbrio, como bem explica a bioenergia. A natureza dá na exata medida da necessidade e tendência à reprodução da vida. Assim, a floresta dá a erva-mate, enquanto a montanha dá a coca e o deserto dá o cacto. Em interação, as estações de

calor dão frutas que hidratam, e as estações de frio os alimentos podem ser conservados. A terra é alimentada pela água da chuva e pelas matérias orgânicas e sementes que os próprios seres, ao consumir os alimentos, devolvem para ela. Se a terra é bem cuidada, ela dá em cada lugar os remédios de que os seres daquele lugar precisam.

Esses conhecimentos são tão simples, que a partir deles as crianças aprendem nas escolas o cuidado com a natureza. Sua profundidade está em entender por que e como o modo capitalista de produção e consumo destrói essa relação de equilíbrio, complementaridade e desenvolvimento com a terra e a natureza.

Os povos da América do Sul praticavam a agroecologia antes das invasões colonizadoras, em sua relação espiritual e cultural com a Mãe Terra. A literatura acadêmica chama suas práticas de agroecossistemas tradicionais. Assim se dava a agricultura na organização social dos povos guaranis:

En el bosque proximo a la aldea, abrian sus rozas, cortando los árboles y quemándolos cuando secos, y enseguida, sin más abono que la ceniza que quedaba después de la quema, sembraban distintas plantas mezcladas: maíz con porotos, mandioca, maní, papas, algodón. En los montes más alejados y en las plantaciones abandonadas cazaban animales de distintos tamaños; en los ríos había peces, moluscos, barro para las ollas y guijarros para sus instrumentos de piedra y para armar sus fogones. (SCHMITZ, 2010, p. 101)

O modelo de monocultivos para exportação foi implantado no continente com as colonizações europeias, rompendo aquela relação humana com a terra. Como demonstram Mariátegui (2007), Galeano (1998) e Susanna Hecht (1999), os sistemas de produção foram transformados para atender às demandas comerciais das metrópoles, com o apoio das camadas sociais locais que serviram e servem de intermediários à exploração dos recursos e das pessoas. Assim, “las estrategias para el uso de los predios rurales, habían sido desarrolladas a través de milenios con el fin de reducir los riesgos agrícolas y de mantener la base de recursos, fueron desestabilizadas” (HECHT, 1999, p. 17).

A imposição da escravização e as epidemias trazidas pelos colonizadores também tiveram impacto sobre a perda das práticas e conhecimentos sobre a relação com a terra, e por consequência das bases culturais, já que os povos tiveram de deixar seus territórios e ir para lugares distantes dos traficantes de pessoas. Junto com isso, a mercantilização da terra, sua transformação em mercadoria obtida através da compra e venda, consolidou a ruptura com os conhecimentos e práticas tradicionais.

Esse processo de ruptura se dá, nas comunidades ancestrais, em três vias (HECHT, 1999): a destruição dos meios de transmissão das práticas agrícolas; a transformação dessas comunidades por colapsos demográficos, escravização e colonialismo; e a ciência positivista, acrescentando ainda os preconceitos e distanciamento dos pesquisadores em agronomia. A ciência positivista, ao vangloriar a razão sobre o conhecimento mágico e tradicional, fragmenta, impedindo um conhecimento totalizante e a transmissão das práticas agrícolas.

No capitalismo do pós Segunda Guerra Mundial, as agências e bancos internacionais, juntamente com monopólios da agricultura, comandam a produção de monocultivos, chamando seus produtos de *commodities*, controlando de fora todo o processo de produção e circulação, e estabelecendo a tríade de submissão e escravização dos agricultores e da terra: o monopólio das sementes, dos insumos e das máquinas.

Mitos da Revolução Verde

No mundo anglo-saxão, a Revolução Verde é reportada como um processo técnico-científico-produtivo para impulsionar a produção de alimentos após a Segunda Guerra Mundial. Assumindo o fato de que o mundo estava arrasado pela guerra, a Fundação Rockefeller financiou trabalhos para levar a “revolução agrícola” dos Estados Unidos para outros países. Aqui se reforça a ideia (que queremos desconstruir) de “produzir alimentos para a humanidade”. Assim, foram feitas modificações e experimentos para introduzir a produção de trigo em regiões tropicais, acompanhada da introdução de fertilizantes, agrotóxicos e máquinas para garantir essa produção (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014).

Para compreender o mercado de produção de alimentos no pós Segunda Guerra Mundial, é necessário compreender a estrutura econômico-financeira e diplomática construída na mesma época para assegurar a hegemonia das potências vencedoras do conflito, lideradas pelos Estados Unidos. Nos referimos à Conferência de Bretton Woods, que em 1944 estabeleceu as instituições internacionais que assegurariam essa ordem de poder internacional: Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Acordo Geral de Tarifas de Comércio (GATT) e múltiplas agências internacionais especializadas vinculadas à Organização das Nações Unidas (MOREIRA, 2011).

O sistema das Nações Unidas precisa ser visto como um guarda-chuva institucional para o imperialismo como capitalismo monopolista, cuja arquitetura é fundada nos seguintes pilares: (1) os órgãos político-militares; (2) as agências econômicas; e (3) o meio pelo qual as instituições e a legislação doméstica dos EUA são sincronizadas com as constituições das agências para assegurar a liderança dos EUA (Radha D'SOUZA *apud* MOREIRA, 2011, p. 149)

Voltando ao tema da produção de alimentos e da introdução de monocultivos posterior à segunda guerra, vale trazer as informações de Machado e Machado Filho (2014, p. 53) sobre as contradições da “revolução verde”:

Quando Borlaug assumiu a liderança da “revolução”, ficou claro que se tratava, em síntese, de uma tática política do grande capital para introduzir o capitalismo no campo e gerar mais uma promissora fonte de reprodução do capital, nos países da América Latina, Ásia e África. Em 1950 havia alguns milhões de famintos, hoje, há um bilhão de pessoas padecendo de fome (FAO, 2011), e Borlaug recebeu um Prêmio Nobel...

A informação sobre o aumento da fome, em vez de reforçar a lógica de raciocínio de que é preciso aumentar a produção de alimentos para alimentar a humanidade, serve para sua crítica e desconstrução. O povo precisa de terra, e não de monopólios que lhes prometam distribuir alimentos. O aumento da produção de alimentos dentro da lógica capitalista só reforça a crise, que desde 1929 demonstrou ser expressa na superprodução causada pela contradição entre produção social e apropriação privada. Vale lembrar quantas vezes o Estado comprou alimentos armazenados para queimar e manter o preços, como fez Getúlio Vargas com o café em 1930.

Há 150 anos Marx e Engels demonstraram que o problema da riqueza não está na distribuição da renda, mas no modo de produção – e assim explicaram a lei geral da acumulação capitalista: concentração dos meios de produção de um lado (os monopólios do capital e os latifundiários a eles associados) e sua expropriação de outro (a imensa maioria da população do planeta).

Os debates sobre a questão agrária brasileira e latino-americana nos cenários políticos dos anos de 1960 trouxeram os temas do desenvolvimento nacional e da industrialização atrelados à construção social e ideológica do conceito de Revolução Verde. Em todo o planeta, a introdução das lógicas industrial e comercial no campo, com a tríade máquinas, insumos e sementes, com tecnologias para elevar a produtividade agrícola em escalas exponenciais, foi apresentada como a solução para o problema da fome. A tese de Malthus

estava na base de tudo isso: a produção de alimentos crescia em progressão aritmética enquanto a população crescia em progressão geométrica, e o resultado seria catastrófico: a crise alimentar; seria necessário produzir mais alimentos. Somando isso com as imagens de fome endêmica e pobreza em muitas regiões, o quadro parecia ter sentido. Mas, assim como os teóricos da CEPAL e da dependência derrubaram a tese das vantagens comparativas de Ricardo, a tese de Malthus não resiste a uma análise histórico-estrutural do sistema e lógica mundial de produção e consumo de alimentos.

A fome é causada pela produção insuficiente de alimentos? É óbvio que não, porém isso é reproduzido de forma subjacente, inclusive em discursos de movimentos sociais e agroecologia, quando se admite com naturalidade as teses da revolução verde, da produção em grande escala.

Em 1946, com sua Geografia da Fome, Josué de Castro (1984, p. 302) já demonstrava que a fome no Brasil não era causada por escassa produção de alimentos, mas pela estrutura da propriedade da terra e pelas relações sociais vigentes no país. Em outras palavras, o latifúndio secular está na raiz da fome:

A dualidade da civilização brasileira, com a sua estrutura econômica bem integrada e próspera no setor da indústria e sua estrutura agrária arcaica, de tipo semicolonial, com manifesta tendência à monocultura latifundiária, é a principal responsável pela sobrevivência da fome no quadro social brasileiro.

Nenhum fator é mais negativo para a situação de abastecimento alimentar do país do que a sua estrutura agrária feudal, com um regime inadequado de propriedade, com relações de trabalho socialmente superadas e com a não utilização da riqueza potencial dos solos.

Como demonstra Mariátegui no Peru e Marini no Brasil, por ser a produção agrícola voltada quase exclusivamente para as demandas da metrópole, não se destina às necessidades da população local. Como resultado, o desabastecimento não é causado pela não produção de alimentos, mas pela sua destinação.

Com o golpe militar no Brasil em 1964, o debate sobre a questão agrária, em que os temas de interesse social e nacional estavam sendo problematizados e a principal bandeira era a reforma agrária com o fim do latifúndio, deu lugar a discursos legitimadores das políticas econômicas dos governos militares, marcados pelos signos da modernização, industrialização e desenvolvimento.

Perseguiu-se na política agrícola a concepção de planejamento induzido dos mercados de produtos rurais mediante a desoneração dos riscos estruturais do processo produtivo privado (riscos de produção e de preços). Estimulou-se a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, então considerados sinônimos de modernidade, e incentivou-se um enorme aprofundamento das relações de crédito na agricultura mediando a adoção desses pacotes com volumosas subvenções financeiras. (DELGADO, 2001, p. 165)

O processo ininterrupto de incorporação da produção agrícola ao sistema capitalista e imperialista de exploração, com concentração dos meios de produção e perpetuação das respectivas relações de produção, foi chamado na academia de modernização conservadora.

A concentração da propriedade fundiária seguiu aumentando e os camponeses continuaram sem terra ou enforcados nos minifúndios. Os “pacotes tecnológicos” significaram o monopólio privado absoluto dos meios de produção (máquinas, insumos e sementes). Aumentou a submissão da agricultura ao capitalismo monopolista. Nos dias atuais, a fusão entre Bayer e Monsanto e a velocidade de expansão dos monocultivos de soja completam um quadro inimaginável algumas décadas atrás. Ver comunidades indígenas no norte do Paraná encurraladas em áreas do tamanho de quadras de futebol cercadas por lavouras de soja em que a dispersão dos agrotóxicos chega até as paredes de suas casas; ou ver áreas verdes de cidades transformadas em monocultivos de soja mostram o quadro de uma guerra do capitalismo monopolista e do latifúndio contra a humanidade.

Desde a década de 1990, alguns analistas da questão agrária têm colocado que a principal contradição no campo é a que opõe agronegócio e agricultura familiar. Daí se constrói um discurso de luta política entre esses polos, cabendo aos movimentos sociais disputar os recursos estatais de incentivo à produção agrícola, aumentando os investimentos na agricultura familiar. Os sucessivos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foram erradicando de seus vocabulários o latifúndio e a reforma agrária, substituídos por combate à pobreza e políticas de redistribuição de renda (PINASSI, 2011).

Esse discurso da agricultura familiar como campo de luta deixa encoberta a dinâmica estrutural e sócio-política da agricultura, em que a agricultura familiar participa do sistema de monopolização, encarregando-se de suprir o mercado interno do consumo de alimentos sob risco e custo de superexploração das famílias camponesas, assegurando lucros para a indústria e a empresa capitalista, já o rebaixamento do preço dos alimentos se dá num contexto de

rebaixamento do custo da força de trabalho. A concentração da terra produz, com a expulsão dos camponeses, “disponibilidade permanente de farta força de trabalho à cidade e aos latifúndios”, enquanto a pequena agricultura familiar é reflexo da “extorsão da indústria sobre a economia camponesa que fornece os gêneros de primeira necessidade essenciais da cesta alimentar, que por sua vez é a base da reposição da força de trabalho (salários), sobre a qual se extrai mais-valia” (AND, 2002, p. 3).

Em outras palavras,

A riqueza criada pelos pequenos produtores vai muitas vezes se realizar nas mãos de outra classe social, como os gêneros alimentícios que são entregues a preços baixos, porque foram produzidos a custos reduzidos, barateiam a reprodução da força de trabalho industrial e urbana, permitindo que os salários sejam comprimidos, o que possibilita diretamente o incremento da taxa de lucro dos monopólios capitalistas na cidade. (OLIVEIRA, 2010, p. 11).

Assim se complementam agronegócio e agricultura familiar, ambos representando a sujeição da renda da terra ao capital. De um lado, “a unificação do proprietário e do capitalista numa mesma pessoa”, de outro, “o processo de sujeição da renda ao capital nos setores de produção não-capitalistas, por exemplo, no caso da propriedade familiar de tipo camponês”, “sem que se dê a expropriação dos instrumentos de produção” (OLIVEIRA, 2010, p. 9).

Em outras palavras,

Enquanto a maior parte está dominada pelo modelo de grandes propriedades sentadas na monocultura para exportação, altamente mecanizadas e servidas dos avançados recursos tecnológicos, sementes melhoradas, etc., o segundo é de produção diversificada, e destina-se principalmente ao mercado interno e é formado por médios e pequenos proprietários. Mas, no conjunto a agricultura se acha completamente submetida pela indústria, pelo capital financeiro e é a base das relações de intensa exploração da cidade sobre o campo. (AND, 2002, p. 3).

A disseminação da matriz tecnológica da “revolução verde” no universo da agricultura familiar fortalece sua inserção “nos circuitos capitalistas convencionais da produção e consumo agrícola hegemônico pelo agronegócio”, acelerando o “abandono da prática da diversidade de cultivos e de variedades por parte desse segmento produtivo, dando espaço para a consolidação da homogeneidade genética e monoculturas” (TEIXEIRA, 2012, p. 2).

Outra evidência é a incorporação da agricultura familiar ao sistema de crédito, ou seja, o monopólio do capital bancário. Tomemos como exemplo a notícia de que, em 2016/2017, o

governo liberou 202 bilhões de reais no Plano Agrícola e Pecuário para médios e grandes produtores, e 30 bilhões de reais no Plano Safra da Agricultura Familiar⁵. Essa notícia não significa de forma alguma uma contenda entre agronegócio e agricultura familiar pela obtenção de vantagens estatais, mas sim a extensão do monopólio bancário à agricultura familiar e o financiamento estatal ao monopólio de máquinas, insumos e sementes, além dos seguros agrícolas. Pois é claro que os 30 bilhões de reais da notícia terminam nas mãos desses monopólios. Os camponeses nem veem e cor desse dinheiro, só gerenciam a sua parte da exploração: “o dinheiro do empréstimo sequer chega à mão do produtor. É transferido diretamente para o capital industrial que, dessa forma, cobra do agricultor via Estado (repartindo com esse) a renda da terra” (OLIVEIRA, 2010, p. 12).

Retomando as ideias iniciais deste tópico, os raciocínios de que a agroecologia disputa mercado com a agricultura convencional e de que a agroecologia pode ser pensada como agricultura em grande escala devem ser colocados em reflexão. Com esses raciocínios, os próprios camponeses podem ser iludidos com a ideia de viabilidade econômica baseada na grande produção e venda do seu produto – o que acaba sendo feito com o nome de agroecologia, mas inserido plenamente na lógica do capitalismo monopolista, incluindo as reservas de mercado e a submissão aos pacotes tecnológicos e ao sistema de créditos.

O que temos aprendido e concebido como agroecologia é uma outra relação humana com a terra e também outro sistema de relações sociais (e socioeconômicas) – do qual temos exemplos nos saberes e relações ancestrais dos povos da América Latina conforme expusemos no tópico anterior. Essa relação parte da auto-sustentação e cooperação em esferas de organização comunitária. Muito se fala que o princípio da agroecologia é que a produção seja primeiramente para o consumo próprio, e a comercialização apenas do excedente. Na prática isso se vê poucas vezes. Na lógica do mercado, o excedente é maximizado na ilusão da grande produção e nem sequer as famílias satisfazem seu consumo com a produção local, ficando cultural e economicamente dependentes dos supermercados e da lógica industrial e consumista que lhes corresponde. Eu produzo milho “agroecológico” e me alimento de carne e refrigerante do supermercado. Não é uma contradição enorme? Por isso a agroecologia,

⁵ Governo anuncia R\$ 202,8 bilhões para Plano Agrícola 2016/2017. (Portal G1, 04 mai. 2016). Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2016/05/ministra-anuncia-r-2028-bilhoes-para-plano-agricola-20162017.html> . Acesso em 26 set. 2017.

dialogando com a permacultura, deve ser pensada como forma de vida, e não apenas como forma de produção e comercialização de alimentos.

Consumismo e servidão voluntária

Tomai a resolução de não mais servirdes e sereis livres. Não vos peço que o empurreis ou o derrubeis, mas somente que o não apoieis: não tardareis a ver como, qual Colosso descomunal, a que se tire a base, cairá por terra e se quebrará.
Étienne de La Boétie

O *Discurso sobre a Servidão Voluntária*, publicado por La Boétie em 1549, mostrava a dimensão das ações individuais e sociais para os resultados da submissão e dominação política de todo o povo por parte dos tiranos. É uma obra transistórica, pois está baseada em exemplos de séculos anteriores e se projeta até os dias atuais. Todo o poder que o tirano possui provém do próprio povo. Ele dá o exemplo do fogo, que, quanto mais se alimenta com lenha, mais cresce, ao passo que, quando não é alimentado, consome a si mesmo e deixa de ser fogo.

O passar das gerações vivendo sob tirania faz com que elas se acostumem com a servidão. Um povo que não conheceu a liberdade não luta da mesma forma que um povo que teve a liberdade usurpada.

Com o pensamento de La Boétie, Holloway inicia seu texto *Fissurar o capitalismo*, um novo manifesto contra a servidão voluntária, chamando a romper com o capitalismo com ações que impliquem sua negação e não reprodução no momento presente: “el señor depende de sus siervos, el capitalista depende de los trabajadores que crean su capital” (HOLLOWAY, 2011, p. 19).

A vida social e espiritual, a busca e realização da dignidade, não pode se reduzir a um programa político revolucionário, tampouco se reduzir a buscar formas de enfrentamento com o tirano. Muitas experiências de coletividades e movimentos sociais, de ajuda mútua para resolver situações apresentadas no dia-a-dia, assim como iniciativas que colocam a resistência

no plano da ética das ações individuais cotidianas, são parte fundamental da luta anticapitalista e da dignidade.

Em primeiro lugar, o não-servir ao capitalismo deve ser em termos práticos, e não um mero discurso que não vai além de palavras bem articuladas que atendem às expectativas dos ouvintes. A maior parte dos políticos faz, de maneira regular e cotidiana, coisas ao contrário dos seus discursos. Em segundo lugar, e ao mesmo tempo, o não-servir significa uma conduta positiva e não uma inação. Se o não-servir ao capitalismo não é acompanhado de ações do dia-a-dia, ele desemboca na reafirmação do capitalismo: “el no servir más, si no conduce a otro-hacer, a una actividad alternativa, puede facilmente convertirse en una negociación sobre los términos de la esclavitud” (HOLLOWAY, 2011, p. 19).

As ideias de Holloway são inspiradas (e inspiram) pelas as práticas das comunidades do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), do México, e inúmeras outras coletividades e movimentos, indígenas, camponeses ou urbanos, sob o signo da autoomia, da autodeterminação e da defesa do território. Essas práticas incluem iniciativas coletivas de realização de obras públicas, como bombas de água, geradores de energia, construção de pontes e estradas, até outros aspectos da vida social, como construção e sustentação autônoma de escolas e unidades de saúde. Em lugar de reclamar da ausência do Estado e de projetar a luta para um futuro em que o Estado será dos trabalhadores, essas coletividades praticam o não-servir inspirado por La Boétie e Holloway.

Isso tem que ver diretamente com nossos modos de vida e consumo, tanto na cidade como no campo. Por isso a discussão sobre a produção e comercialização dos alimentos da agroecologia vai além de discussões produtivistas e economicistas.

A discussão sobre os padrões de consumo fundado nos supermercados (circuitos longos) ou nos canais curtos de comercialização e apoio direto aos produtores é muito relevante aqui. A questão é perceber questões mais profundas, como o consumo de produtos do agronegócio até mesmo nos eventos que tratam de agroecologia. Também nos preocupamos que a Agroecologia esteja relacionada como uma perspectiva integral de vida e relação espiritualizada com a natureza.

Nada é mais significativo para se discutir e aplicar uma mudança de vida e de relações sociais que o alimento. A frase “diz-me o que comes e te direi quem és” é paradigmática e

recorda que as lutas por mudanças sociais só têm sentido quando os princípios da luta adentram a vida individual. Os alimentos interferem diretamente não só na saúde física, mas nos estados emocionais e psicológicos, condicionando práticas sociais. Muito além disso, os padrões dominantes de alimentação não são casuais, são uma estratégia de controle e manipulação do conformismo.

A ligação entre os monopólios da produção agrícola e as estratégias de guerra do capitalismo é clara e se identifica com as teses sobre o imperialismo de Lênin. As fusões de monopólios da indústria química com monopólios da produção de sementes, insumos e maquinários – tais como a fusão Monsanto, Bayer e Syngenta, mostram que o agronegócio é uma forma de massacrar populações sem precisar de bombardeios. “Esta fusión no sólo produce algo inmoral, una especie de monstruo que no sólo enferma a la humanidad para venderle luego sus productos farmacéuticos, sino que también significa una agresión contra la diversidad alimentaria y agrícola”, diz uma matéria jornalística do movimento “La France Insoumise”⁶.

Muito se pode falar em luta de classes, lutas políticas e movimentos sociais, mas a crítica da violência do capitalismo perde seu potencial quando se tem uma alimentação produzida com base nessa violência, seja contra seres humanos ou animais. Falar em agroecologia e produzir em base agroecológica enquanto se alimenta do que a grande agroindústria capitalista produz (como a cerveja, o cigarro e a carne) é como alimentar o monstro que o destrói. Aqui está uma chave de pensamento que os ativistas sociais em todo o mundo vão compreendendo cada vez mais.

As reflexões deste trabalho buscam harmonizar dois pensamentos que nem sempre andam juntos: as questões ecológicas (incluindo o vegetarianismo e a permacultura) com a produção camponesa. As práticas de integração entre universidades e movimentos camponeses são um motor de um avanço dialético para alcançar, ao mesmo tempo, a luta pela terra e território e práticas alimentares e de consumo meta-individuais.

Os supermercados também se constituem como monopólios cuja centralização tem se acelerado, a exemplo do Wal-Mart e do Carrefour, e estão associados aos monopólios e marcas da produção de alimentos e outros produtos de uso doméstico (produtos de limpeza,

⁶ <https://lafranceinsoumise.fr/2016/10/20/revolucion-podria-comenzar-por-alimentacion/>

higiene, etc.), muitas vezes fazendo parte dos mesmos grupos empresariais: os supermercados são também donos das marcas, comprando e distribuindo os produtos deles mesmos. Junto a isso se dá um processo de fragmentação, quebra e incorporação dos pequenos capitais consistentes em mercearias, mercados de bairro, etc. Outro exemplo de monopolização do varejo são os *shoppings*, as grandes lojas de departamentos e as lojas de conveniência dos postos de gasolina. Uma pequena caminhada por essas lojas já mostra que as marcas são sempre as mesmas, havendo pequenas mudanças entre diferentes regiões, que demonstram ao lado de uma eventual e residual sobrevivência de pequenas marcas, a disputa e fracionamento de mercados locais pelos monopólios.

Um gráfico amplamente conhecido, elaborado pela organização francesa *Convergence Alimentaire*⁷ e publicado em 2012 pelo *Huffington Post*⁸, mostra esse nível de monopolização da indústria de bens de consumo doméstico, gerando impactos sobre a economia, a saúde e e ao meio ambiente:

As centenas de marcas que encontramos nas prateleiras dos supermercados nos dão a impressão de que nosso dinheiro vai para um grande número de diferentes empresas. No entanto, este não é o caso: a grande maioria dessas marcas pertence a um punhado de empresas.⁹

O sistema de supermercados para varejo de alimentos, produtos de higiene e limpeza engloba não só os setores de produção, mas também os centros de distribuição conhecidos no Brasil como Centrais de Abastecimento ou Ceasa. Assim a logística de distribuição de alimentos das grandes cidades e metrópoles se concentra nessas centrais, que recebem os caminhões carregados de alimentos (intermediários/transportadores) e distribuem para os mercados e supermercados. Toda essa estrutura logística comercial perfaz a subordinação da produção camponesa à circulação.

O próprio Estado sabe que esse setor chega a ficar com cerca de 70% dos preços pagos pelo consumidor nos gêneros de primeira necessidade e sabe porque tem estudos a esse respeito. A

⁷ Une poignée de compagnies contrôle l'industrie alimentaire. Disponível em: <http://convergencealimentaire.info/> . Acesso em 28 set. 2017.

⁸ These 10 Companies Control Enormous Number Of Consumer Brands [GRAPHIC]. Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/entry/consumer-brands-owned-ten-companies-graphic_n_1458812 . Acesso em 28 set. 2017.

⁹ Tradução nossa.

questão é mais uma vez política, o bolo da riqueza nacional é repartido entre os integrantes do bloco no poder. (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

Em 1980 já estava em curso o processo de subjugação dos pequenos produtores aos monopólios através de mecanismos compulsórios de produção e comercialização, como condições exigidas pelas empresas compradoras, como no caso da cadeia produtiva do leite, em que empresas como a Parmalat, além de controlar os preços e monopolizar o mercado de compradores, condicionava a compra à aquisição de determinadas máquinas e determinadas rotinas de produção; “Na verdade, os lavradores passam a trabalhar para essas empresas nos chamados sistemas integrados, embora conservando a propriedade nominal da terra. Só que, nesse caso, a parcela principal dos ganhos fica com os capitalistas” (MARTINS, 1980, p. 51). Vale recordar que esse processo foi acompanhado do domínio do mercado pelo leite Longa Vida e quase extinção da venda direta de leite do produtor ao consumidor.

Como relacionar questões tão amplas e filosóficas com um formato acadêmico de pesquisa mais pragmático, que aborda a experiência dos autores com produtores agroecológicos, jornadas, feiras, seminários e ativismo em favor de formas alternativas de relação com o entorno, de desconstruir padrões de consumo, de buscar que a universidade se relacione diretamente com os agricultores camponeses em perspectiva integral, sustentando ao mesmo tempo o consumo de alimentos e produtos naturais e a luta pela terra? Que distâncias ainda existem entre os discursos agroecológicos e a prática das organizações envolvidas? Como encontrar o elemento socioambiental e anticapitalista que une a luta de camponeses, povos indígenas, comunidades tradicionais e populações urbanas?

Essas perguntas se articulam nas contribuições que gostaríamos de agregar ao Grupo de Trabalho (GT) sobre Agroecologia, economia(s) solidária(s) e mercados camponeses durante o VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Entendendo o formato do GT, pretendemos falar de nossa experiência com mercados camponeses e feiras agroecológicas em Foz do Iguaçu, na Tríplice Fronteira e no Oeste do Paraná, trazendo reflexões compartilhadas ao longo de práticas, convivências, formação de redes, seminários e organização de feiras e visitas a áreas camponesas.

O que temos aprendido da experiência

A larga experiência dos movimentos camponeses no Brasil e na América Latina e nosso questionamento sobre o modo de vida (o não-servir como negação-e-criação de que nos fala Holloway) nos tem ensinado muito sobre as alternativas aos quadros desenhados nos tópicos anteriores. A organização de assentamentos e grupos de famílias em torno da agroecologia, somada às escolas do campo, núcleos de estudos, feiras agroecológicas, mercados de produtores, jornadas, mutirões, oficinas e seminários denotam a existência de um vasto movimento latino-americano de agroecologia em simbiose com movimentos sociais.

A agroecologia surge como um rico e diverso conjunto de práticas sociais e produtivas para recolocar a produção de alimentos em harmonia com as forças da natureza e enfrentar o modelo do capitalismo monopolista. Mais que tudo, a agroecologia se faz coletivamente, em grupos de famílias e movimentos sociais. Ela faz parte do fenômeno da territorialidade na essência e nas estratégias de luta e sobrevivência dos movimentos e coletividades, ressignificando o território para além do aspecto geofísico, para os aspectos subjetivo, simbólico e espiritual, como tem sido analisado por Zibechi (2003) e outros referenciais teóricos: “desde sus territorios, los nuevos actores enarbolan proyectos de largo aliento, entre los que destaca la capacidad de producir y reproducir la vida, a la vez que establecen alianzas con otras fracciones de los sectores populares y de las capas medias” (ZIBECHI, 2003, p. 186).

Para movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a agroecologia é apresentada como uma ciência integradora dos conhecimentos camponeses, indígenas e acadêmicos com o objetivo da reconstrução ecológica da agricultura e da sociedade, como parte da estratégia de luta em “processos de organização e fortalecimento da resistência econômica, política e cultural” (MST, 2010, p. 54).

Em relação a isso, existe uma contradição que precisamos aprofundar, na relação entre reforma agrária e agroecologia, em que a primeira foi sendo paulatinamente substituída pela segunda, tanto em discursos de governo como de movimentos sociais. No fim da década de 1990, as direções do MST passaram a sustentar que a luta contra o “latifúndio improdutivo” estava superada e a nova luta seria a organização econômica contra o agronegócio – a alegoria da luta entre agronegócio e agricultura familiar, que explicamos em tópicos anteriores, e que abandona a bandeira histórica dos movimentos camponeses de fim do latifúndio e terra para quem nela trabalha. Ao longo do primeiro governo Lula, a bandeira da reforma agrária, a qual

sustentou historicamente e com a qual se elegeu, foi paulatinamente abandonada, inclusive nos discursos, e outras expressões foram utilizadas para se dirigir aos camponeses, como agricultura familiar e agroecologia. Há aqui uma contradição que não esgotaremos neste artigo, mas que inserimos para reflexão: a agroecologia, com todos os aspectos transformadores que temos exposto e resumindo um conjunto de práticas e modos de vida alternativos à lógica capitalista, também tem sido usada como cobertura para uma visão fragmentada da luta pela terra, que não aprofunda na principalidade da concentração fundiária para a realização das demandas dos movimentos camponeses e de alternativas sociais.

Enquanto se discutem as práticas agroecológicas alternativas, milhões de camponeses continuam sem terra, passando décadas em acampamentos, sofrendo operações policiais, despejos e assassinatos.

Agroecologia no Paraná e na Tríplice Fronteira

No estado do Paraná têm se organizado anualmente, desde 2002, as Jornadas de Agroecologia, reunindo em média 4 mil pessoas entre assentados, acampados, juventude camponesa, produtores de cooperativas, técnicos e extensionistas, universitários, produtores culturais, ativistas, incluindo delegações internacionais.

As Jornadas de Agroecologia têm reunido e consolidado milhares de camponeses com intercâmbio de conhecimentos sobre a produção e outros elementos da vida social, como a educação e a cultura, realizando-se num instrumento de organização e vivência de comunidades e sociedades fundadas nos valores alternativos propostos pela agroecologia, buscando a “reconstrução ecológica da agricultura na sua estratégia de resistência e luta pela transformação radical da sociedade” (HADICH et al, 2015, p. 180). Um dos dias é integralmente dedicado a oficinas práticas, em assentamentos e comunidades da região, ou instituições como a Escola Latino-Americana de Agroecologia (ELAA), na Lapa-PR.

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana é uma instituição superior fundada em 2010 pensando a integração das práticas e saberes universitários no contexto das demandas sociais, econômicas e políticas dos povos da América Latina. Os desafios de sua construção têm sido marcados pelo conflito entre modelos tradicionais e projetos críticos de universidade. Desde os primeiros anos, grupos de estudantes e professores da UNILA têm se

envolvido com a questão agrária, participando em atividades como o Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV), as Jornadas de Agroecologia, as Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA), a cada mês de abril, além da formação de grupos de estudos, bem como projetos de pesquisa e de extensão voltados para a questão agrária e mais especificamente para a luta pela terra e a reforma agrária.

Várias tem sido nossas experiências de integração entre universidades e organizações de produtores para solidariedade e comercialização dos produtos da agroecologia, incluindo visitas coletivas a assentamentos e hortas, organização e participação em seminários locais e regionais e organização e co-participação em feiras agroecológicas. A experiência das feiras merece destaque. Primeiramente organizada como Feira Agroecológica da UNIOESTE *Campus* Foz do Iguaçu (inspirada também em outros *campi* da universidade), e depois expandindo-se para feiras em outros locais, incluindo a UNILA e condomínios residenciais, já perfazendo dois anos ininterruptos. A feira na Unila tem assumido um carácter plural e intercultural, com a adesão e participação de estudantes que trazem para a feira alimentos saudáveis, roupas e outras criações, com o nome de Cantinho do Sabor – o que tem um papel fundamental de auto-sustentação para auxiliar na permanência e manutenção dos estudos. Também temos acompanhado a criação de amplo grupo de ação e consumo na cidade para a comercialização de cestas com produtos agroecológicos vindos dos assentamentos e produtores independentes.

Nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul está organizada a Rede Ecovida de Agroecologia, que conta 18 núcleos regionais, com 180 grupos, associações e cooperativas com aproximadamente 2000 famílias de agricultores, organizações não-governamentais associadas, cooperativas de consumidores, comercializadoras e diversos profissionais como técnicos agrícolas e técnicos em agroecologia. Além de seminários, trocas de experiências e organização dos produtores e consumidores, a rede realiza um sistema de certificação participativa de produção orgânica, diferenciado do sistema convencional de certificação por auditoria externa.

A questão da certificação é muito relevante nos debates sobre a agroecologia, que se cruzam com o tema dos alimentos orgânicos. Os alimentos orgânicos surgem em outros contextos, em nível mundial, muito associados à produção de alimentos sem fertilizantes e insumos químicos, com um conjunto de métodos e regras a serem seguidos e certificados por

uma instituição autorizada. A certificação resulta no selo impresso ou colado no produto, com o qual se supõe que o consumidor terá certeza do que está adquirindo. O questionamento é até que ponto um selo pode dar essa certeza, quando já existem muitas críticas ao “capitalismo verde”, ou seja, como o capitalismo se apropria do discurso ecológico e transforma em mercadoria não só a natureza, mas também os nichos de produção e consumo diferenciados da produção convencional. Uma evidência disso é o preço diferenciado dos produtos orgânicos, gerando e reproduzindo uma tendência a que sejam consumidos apenas por uma pequena parte da população – o que contraria os princípios da agroecologia¹⁰.

Com nossa proximidade à fronteira com Paraguai e Argentina, nossas experiências têm se ampliado para realidades e marcos organizativos diversos. O maior exemplo é nossa aproximação aos camponeses da Central de Productores Hortigranjeros del Alto Paraná, no Paraguai, formada por mais de 1500 famílias de 18 distritos que há 20 anos se organizam de maneira comunitária frente à expansão do monocultivo da soja, e realizando semanalmente uma enorme Feira de Produtores em Ciudad del Este, com diversidade de produtos e preços acessíveis a toda a população.

Várias comunidades e assentamentos integram a central, entre elas a comunidade El Triunfo, que há 20 anos deixou de produzir o monocultivo do algodão e assumiu a produção diversificada e agroecológica de hortigranjeiros, grãos, frutas e legumes. O que era uma crise resultou para a comunidade como a porta de entrada para a produção de alimentos saudáveis e agroecológicos.

Considerações finais

Neste texto, fizemos um levantamento amplo e diverso de reflexões que temos tido em torno da agroecologia, o que explica aparentes desconexões entre alguns tópicos. A ideia foi apenas de relatar inquietações, na forma de reflexões teóricas baseadas em experiências concretas, para apresentar algumas teses, que são abaixo resumidas.

¹⁰ Quando o Estado brasileiro aprovou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Decreto n. 7.794 de 2012), fruto de um longo processo de lutas de movimentos sociais e outros sujeitos envolvidos na agroecologia, acabou incorporando a lógica da mercadoria ao mesclar os dois conceitos, descaracterizando elementos mais profundos e extra-econômicos da agroecologia.

- Não está bem colocada a contradição entre agronegócio e agricultura familiar. Esta última também está inserida na submissão da renda da terra ao capital. A luta dos camponeses precisa levar em conta a permanência do latifúndio na estrutura fundiária, política e cultural da América Latina.
- Quando entendemos a agroecologia como um processo integral e alternativo de vida, não devemos reduzi-la à ótica produtiva/comercial.
- As ideias de “produção em larga escala” e de que as transformações sociais passam pela “produção de alimentos para toda a humanidade” são parte dos mitos da revolução verde que permanece nos movimentos sociais e de agroecologia.
- Em última instância, também se passa um fetichismo do produto agroecológico, em que o produtor passa a atuar por uma produção especializada e em larga escala, entrando na lógica do mercado e sendo também por ela devorado.
- É preciso estar atentos ao capitalismo verde e como a questão dos produtos “orgânicos” forma parte disso.
- A questão do consumo é fundamental para se pensar a agroecologia. Requer-se uma mudança de vida completa, pois não adianta olhar para a produção dos camponeses e seus movimentos sociais e continuar consumindo e alimentando os monopólios do capital.

Ao discutir essas ideias e fundamentos empíricos/teóricos durante o VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), esperamos ouvir outras vozes, seja para agregar mais bases a essas reflexões, seja para criticá-las. Entendemos que um evento como este é uma grande oportunidade de dialogar e compartilhar reflexões com pessoas que têm tido experiências parecidas. Também esperamos fazer reformulações ao texto para publicações futuras.

Referências Bibliográficas

AND (A Nova Democracia). *A mistificação burguesa do campo e a atualidade da revolução agrária*. Ano 1, n. 1, jul. ago. 2002.

CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- DELGADO, Guilherme Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos Avançados* 15 (43), 2001.
- GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Tradução Galeno de Freitas. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.
- HADICH, Ceres Luísa Antunes; TARDIN, José Maria; DALLAGNO, André; PIVATO, Jakeline Furquim. As jornadas de agroecologia na construção de uma terra livre de transgênicos e sem agrotóxicos. In: CANUTO, Antônio et al (coord.). *Conflitos no Campo – Brasil 2015*. Goiânia: CPT, 2015.
- HECHT, Susanna. La Evolución del Pensamiento Agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. *Agroecologia*. Bases científicas para una agricultura sustentable. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1999.
- HOLLOWAY, John. *Agrietar el capitalismo*. El hacer contra el trabajo. Buenos Aires: Herramienta, 2011.
- HORKHEIMER, Max. *Eclipse da razão*. São Paulo: Ed. Unesp, 2015.
- LA BOÉTIE, Étienne. *Discurso sobre a Servidão Voluntária*. S.l.: LCC Publicações Eletrônicas, 2006.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. *A dialética da agroecologia*. Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007.
- MARINI, Rui Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1980.
- MOREIRA, Júlio da Silveira. *Direito Internacional: para uma crítica marxista*. São Paulo: Alfa-Omega, 2011.
- MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). *Agroecologia, Soberania Alimentar e Cooperação (Cadernos de Educação)*. [S.l.]: Setores de Educação e de Produção, Cooperação e Meio Ambiente do MST, 2010.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v.5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.
- PINASSI, Maria Orlanda. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.25/26, p.105-120, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.
- PRABHUPADA, A.C. Bhaktivedanta Swami. *Vida simples, pensamento elevado*.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Los guaraníes en tres tiempos. In: MELIÁ, Bartolomeu (org.). *El comienzo de una utopía. IV centenario de la fundación de San Ignacio Guasú*. Asunción: Centro de Estudios Paraguayos “Antonio Guasch”, 2010.

TEIXEIRA, Gérson. A Modernização Conservadora da Agricultura Familiar e a Agroecologia. abr. 2012. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br> . Acesso em 28 set. 2017.

VILLA, Verónica; ROBLES, Evangelina; BARRUETA, José Godoy; HERRERA, Ramón Vera. *El maíz no es una cosa: es un centro de origen*. México D.F, 2010.

ZIBECHI, Raúl. Los movimientos sociales latinoamericanos: tendencias y desafíos. En: OSAL: *Observatorio Social de América Latina*. No. 9 (ene. 2003-). Buenos Aires : CLACSO, 2003. MARIREferências seguindo as normas da ABNT, em Times New Roman tamanho 12, espaçamento entre linhas 1.0. Sem recuo. Espaçamento depois do parágrafo: 10pt.